

**A RESISTÊNCIA POLÍTICA NO TEMPO DO FIM COMO UMA  
RESISTÊNCIA CONTRA-ESTADO: PENSAR A “QUEDA DO CÉU” COMO A  
“AMEAÇA ATÔMICA”.** Margot-Ann Bachi dos Santos. UNESP - FFC Marília,  
bachi.santos@unesp.br.

**Resumo:** O presente trabalho busca compreender de que maneiras podem ser construídas resistências políticas no/ao atual momento de crise multifacetada identificado a partir da noção de Antropoceno. Articulando os conceitos de Tempo do Fim, do filósofo alemão Günther Anders, cunhado no contexto do terror atômico pós-guerra (publicados no Brasil na coletânea *A Ameaça Atômica*, Ubu, 2023), e que busca inflexionar o modo como o Sujeito se encontra a partir de tal momento no mundo, sobretudo postulando que já não há outra ação política possível que não seja justamente aquela que visa conservar a existência do mundo; e de *Sociedade Contra o Estado*, do etnólogo e filósofo francês Pierre Clastres - cuja preocupação central é demonstrar que subjaz à identificação de uma suposta falta de estrutura estatal nas sociedades ameríndias um argumento de teor etnocêntrico e que postula também a inatividade política nesses sociedades -, almejamos apresentar que há possibilidade de atravessar essa era cujo fim só pode ser o fim da espécie e de toda sua produção, desde que, contudo, sejam colocados em xeque justamente aqueles elementos fundantes do mundo que a engendrou. Nesse sentido, faz-se importante tomar como exemplo de prática *Contra-Estado* a luta dos povos indígenas na América Central e do Sul, sobretudo sua resistência histórica aos processos de colonização e genocídio engendrados desde o século XV (processos estes que constituem, ao menos para estes povos, fins inequívocos de seus mundos), assim como seu modo diferente de diferir, como aponta Viveiros de Castro em *Os Pronomes Cosmológicos e o Perspectivismo Ameríndio*, de 1996, e *O Nativo Relativo*, de 2002, e que constitui o cerne da ação política de resistência desses povos, exemplos estes que constituem a senguda parte de nosso trabalho. Concluímos, por fim, buscando mostrar justamente como essa noção diferente de diferir pode nos ajudar a desmontar certos pressupostos da sociedade moderna, postulando outro tipo de ação política possível, radicalmente diferente, e que podem, ao constituir formas de ação política Contra o Estado, resolver o problema de nossa era como colocado por Anders.

**Palavras-chave:** Tempo do Fim; Contra-Estado; Antropoceno; Diferença.

**DA FOTOGRAFIA ÀS IMAGENS SINTÉTICAS: A ATUALIDADE DA FILOSOFIA DA FOTOGRAFIA DE VILÉM FLUSSER DIANTE DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL.** Vinicius Gustavo Franco. Unesp, [vinicius.g.franco@unesp.br](mailto:vinicius.g.franco@unesp.br).

**Resumo:** O desenvolvimento recente de sistemas de Inteligência Artificial (IA) capazes de produzir imagens sintéticas hiper-realistas reacende discussões sobre o que são essas imagens, seus impactos nos indivíduos e a relação entre sujeitos e aparelhos. Este trabalho propõe analisar a atualidade da filosofia da fotografia proposta pelo filósofo tcheco-brasileiro Vilém Flusser para compreender as transformações da linguagem imagética perante as IAs. A pesquisa fundamenta-se, principalmente, nas obras *Filosofia da Caixa Preta: Ensaio para uma futura filosofia da fotografia* (1985), *Ensaio sobre a Fotografia: para uma filosofia da técnica* (1998) e *O Mundo Codificado: por uma filosofia do design e da comunicação* (2007). O problema que orienta a investigação consiste em examinar o que são as imagens produzidas por IA, seus impactos nos indivíduos, e se exigem revisão da filosofia flusseriana ou se podem ser compreendidas como um desdobramento dos conceitos propostos pelo filósofo. Parte-se da hipótese de que a IA não rompe com a estrutura conceitual proposta por Flusser, mas radicaliza processos já identificados em sua obra, deslocando a produção imagética da captação óptica do mundo para sua síntese algorítmica nos sistemas computadorizados, sem eliminar a centralidade dos aparelhos como mediadores da experiência humana, o que denomina como "caixa-preta". Esses aparelhos operam na fronteira entre a técnica e o homem, produzindo imagens cujo hiper-realismo simula autenticidade e dissimula suas próprias mediações, o que compromete a capacidade dos indivíduos de distinguir o real do sintético. O objetivo da pesquisa foi analisar em que medida os conceitos propostos permanecem válidos para interpretar as imagens sintéticas produzidas por IA, bem como discutir como tais imagens reconfiguram a produção de sentido, a percepção da realidade e a relação dos sujeitos com as imagens contemporâneas na perspectiva da obra do Flusser. Metodologicamente, a investigação possui caráter qualitativo e bibliográfico, combinando análise de conteúdo com leitura analítica e interpretativa das obras selecionadas. Os resultados indicam que a crítica flusseriana à opacidade da "caixa-preta", à crescente autonomia dos aparelhos em suas criações e ao consumo irrefletido das imagens permanece latente para compreender o atual cenário da cultura visual. A análise indica que a IA não rompe com a filosofia flusseriana da imagem técnica, mas amplia o alcance dos processos já identificados pelo autor. O aparelho deixa de ser apenas óptico e passa a operar por modelos algorítmicos capazes de sintetizar imagens sem referente real, intensificando a autonomia dos sistemas técnicos e aprofundando a mediação entre os sujeitos e o mundo. Embora Flusser tenha elaborado suas reflexões em um contexto anterior à IA, seus conceitos oferecem instrumentos filosóficos consistentes para interpretar a ampliação da mediação algorítmica na produção de imagens. Conclui-se, assim, que as imagens sintéticas não representam uma ruptura com a filosofia flusseriana, mas constituem um novo estágio das imagens, no qual a autonomia dos aparelhos e o hiper-realismo dos processos de produção visual intensificam desafios epistemológicos, culturais e éticos já apontados pelo filósofo.

**Palavras-chave:** Fotografia, Inteligência Artificial, Filosofia da Fotografia, Vilém Flusser.

**DA *HISTORIA NATURALIS BRASILIAE* (1648) A KRENAK: A FILOSOFIA NATURALISTA E UMA ECOLOGIA DO FRUTO-RECIPIENTE DA CABAÇEIRA.** Luiz Carlos Zeferino. Universidade de São Paulo, zeferinodesign@gmail.com.

**Resumo:** Esta comunicação examina, no interior da filosofia natural moderna, dois verbetes da *Historia Naturalis Brasiliae* (1648), de Georg Marcgrave e Willem Piso: o da *Cucurbita lagenæ*, hoje identificada como *Lagenaria siceraria*, e o da árvore Cuiete, hoje *Crescentia cujete*, cujo fruto lenhoso é descrito não apenas em sua morfologia, mas na sequência técnica pela qual os povos indígenas o convertiam em prato, copo e vaso, fervendo-o, cortando-o com corda grossa, escavando-o e polindo-o internamente. O problema que se pretende formular é o de que, ao inscrever uma operação técnica no interior de um verbete botânico, o inventário naturalista converte o trabalho indígena em propriedade da planta e desloca, sem tematizar, a partição aristotélica entre aquilo que tem em si o princípio do movimento e aquilo que só existe por *techné*. A cabaça é, nesse sentido, um caso-limite: ela não é exatamente um vivo descrito, nem exatamente um artefato, e é essa indeterminação que permite à obra registrar a cultura material sem reconhecer o sujeito que a produz. A hipótese central sustenta o compêndio naturalista conserva integralmente a forma do inquérito descritivo herdada da *Historia Animalium*, mas já não conserva a ontologia do animado exposta no *De Anima*, de modo que o critério último de relevância de cada verbete passa a ser a utilidade, isto é, uma finalidade externa ao vivo descrito. No caso da cabaça essa substituição da finalidade interna pela finalidade externa é literal, pois o fruto só interessa enquanto recipiente. Sustenta-se ainda que é nesse mesmo gesto que se origina, no Brasil, o registro arqueobotânico do fruto-recipient: a exsicata de *Crescentia cujete*, coletada por Marcgrave, e conservada na Dinamarca. constitui, simultaneamente, documento botânico e vestígio de cultura material, ao passo que o nome tupi cuiete sobrevive na nomenclatura lineana como som e desaparece como memória, operação que Nego Bispo (2023) descreve como “guerra das denominações”, em sua obra icônica *A terra dá, a terra quer*. Os objetivos aqui são três: reconstituir filologicamente os dois verbetes a partir do original latino, analisando as descrições de morfologia e de manufatura; determinar o estatuto ontológico atribuído ao vegetal quando ele é descrito por sua destinação utensiliar, situando a obra entre a entelquia aristotélica e a redução do vivo a matéria extensa; e propor uma leitura em que a cabaça deixe de figurar como recipiente disponível, ao passo da filosofia brasileiro anticolonial. Conclui-se, provisoriamente, que a história da filosofia moderna dispõe na botânica da cabaçeira como de um objeto raro, aquele em que uma tese ontológica sobre o vivo produz consequências materiais verificáveis, e que o exame desse objeto permite reformular, em chave filosófica, a pergunta o que se conta como natureza e por quem decidiu-se, culminando nos contrapontos de Krenak.

**Palavras-chave:** *Historia Naturalis Brasiliae*; filosofia natural moderna; cabaças; natureza e artifício; crítica contracolonial.

**O CORPO E A CARNE NA DEMOCRACIA MODERNA: CLAUDE LEFORT E A FENOMENOLOGIA CRÍTICA.** Lucas Estevez Sanz. USP, luc.estevez1@gmail.com.

**Resumo:** Esta apresentação tem como objetivo investigar como Claude Lefort, através do seu conceito de corpo político indeterminado da democracia moderna, insere-se na tradição da fenomenologia crítica. Entendemos essa última, na esteira de Lisa Guenther em *Critical Phenomenology* (2020) e Silvana Ramos em *Merleau-Ponty e a atualidade da fenomenologia* (2023), como uma crítica teórica e política da fenomenologia clássica, com Edmund Husserl sendo seu principal nome nesse estudo e Maurice Merleau-Ponty — e sua encarnação da experiência — o ponto de partida para seu questionamento. Ela abre a possibilidade de situar a vivência concreta do mundo em um corpo particularizado em diferentes raças, gêneros e sexualidades — não em um ego transcendental abstrato (Husserl), nem em um corpo ainda sem marcadores sociais (Merleau-Ponty) —, levando em conta os *quasi-transcendentais*, isto é, as estruturas que moldam *a priori* nossa forma de existir no mundo mas que variam socio e historicamente, como o patriarcado, a supremacia branca e a heteronormatividade, que não são levados em conta pela fenomenologia clássica por não serem universais, mesmo permeando nossa atitude natural (e se o objetivo de tais filósofos é ir além dela, isso não pode ser negligenciado). Assim, a fenomenologia crítica possui um caráter tanto de crítica imanente à clássica quanto uma preocupação política de, indo além dela, construir outras formas de Ser-no-mundo que apontem para a liberdade, e não reproduzam a opressão contemporânea. Dessa forma, Lefort em *A invenção democrática* (1981), apesar de escrever antes da recente formulação de tal fenomenologia, realiza um movimento próximo do que é defendido pelas duas ao utilizar do arsenal teórico da fenomenologia clássica, expandindo-o para pensar a modernidade, nesse caso, a imagem do corpo político da experiência democrática, motivado politicamente pela ameaça do totalitarismo de restabelecer fantasticamente uma unidade, homogeneidade e integridade da sociedade na imagem do povo-Uno. Segundo Ramos, em vez da apropriação, mais habitual para os fenomenólogos críticos, do conceito de corpo próprio de Merleau-Ponty, Lefort opta pela indeterminação radical da noção de carne de sua ontologia tardia, o que guarda um maior potencial para repensar as lutas por direitos das minorias sociais na contemporaneidade ao escapar da fixidez e fechamento do identitarismo e sustentar o caráter da não-identidade de uma luta coletiva e compartilhada.

**Palavras-chave:** Claude Lefort, Fenomenologia crítica, Corpo indeterminado, Democracia, Carne.

**O PROBLEMA DA CONSCIÊNCIA EM NIETZSCHE.** Luís Henrique Barroso Pinto. UNESP - Marília, [lhb.pinto@unesp.br](mailto:lhb.pinto@unesp.br).

**Resumo:** Vemos a filosofia de Nietzsche (1844-1900) em três grandes fases. Na primeira, ainda muito associada ao pensamento de Wagner (1813-1883); depois, podemos observar um esquema próprio de sua posição filosófica, portanto independente, apoiada nas resoluções políticas de seu tempo associando a democracia liberal de sua época; por fim, uma etapa de maior acirramento de suas ideias e de radicalização e descontentamento com seu tempo. Neste sentido, colocamos Nietzsche, assim como avaliava Lukács (1885-1971), um “psicólogo da cultura” que a partir de seus aforismos tencionava os problemas da elite contra as determinantes da reivindicação da classe trabalhadora, se colocando insatisfeito com a primeira, mas contra a segunda. E será justamente no período de maior radicalização do filósofo que a consciência se mostrará parte negativa da atividade humana, fato que levanta a hipótese de Nietzsche se colocar contrário às tendências da modernidade. Nossa apresentação tem como objetivo analisar as proposições nietzschianas acerca da consciência e seus desdobramentos. De que forma, nesse sentido, tópico caro a filosofia é manuseado por Nietzsche. Ainda que a temática não seja de grande envergadura quando se coloca em perspectiva toda a sua obra, expressam-se de grande valia na inflexão de seu pensamento e nas articulações políticas de seu tempo. Nietzsche e a tradição irracionalista da qual fez parte dá ao mundo a crítica à metafísica com ferocidade implacável, como bem é expressa em suas primeiras linhas de *Humano, demasiado humano* (1878). Seu sistema aforístico é método refratário de uma necessidade da filosofia objetivar-se em período conturbado de sua experiência sensível, quer seja a organização burguesa de sua época no imperialismo e no acirramento da luta de classes. Assim, a consciência aparece como uma falsificação do indivíduo, fruto de uma necessidade de coalizão humana geral, de uma unidade humana em uma sociedade moderna, em *A Gaia Ciência* (1882), nosso objeto de maior investigação.

**Palavras-chave:** Nietzsche; consciência; modernidade; irracionalismo

**ARTICULAÇÕES ENTRE O MUNDO INTERIOR PLATÔNICO E A FILOSOFIA BRASILEIRA DE FARIAS BRITO.** Antônio Marcos de Oliveira, Marcos Antonio Alves. Universidade Estadual Paulista, am.oliveira@unesp.br, marcos.alves@unesp.br

**Resumo:** Farias Brito é considerado, por seus estudiosos, um dos pensadores cuja sistematização foi uma das primeiras a compor uma filosofia brasileira original. Contrapondo-se ao naturalismo e positivismo rígidos de sua época, ele buscou fornecer métodos à filosofia que superassem o reducionismo empírico. Em sua obra de maturidade *O Mundo Interior* (1914), influenciada por pensadores como Bergson, Schopenhauer, por filosofias indianas e ocidental de origem grega, ele defende que a psicologia e a introspecção eram essenciais para tal superação. Sua análise do mundo interior visava fundamentar o conhecimento verdadeiro e o autodomínio racional, baseado na tradição socrático-platônica do “Conhece-te a ti mesmo”. Neste trabalho exploratório, buscamos traçar algumas análises iniciais que consideramos necessárias à contextualização histórica e hermenêutica do pensamento de Farias Brito: a partir da psicologia platônica e a presença do conceito de mundo interior no filósofo grego, realizamos comparação crítica com algumas das afirmações do pensador brasileiro. Perguntamos se há, de fato, as condições necessárias para o pressuposto britiano de que haveria a centralização filosófica de um eu e de um mundo interior na obra platônica. Esse questionamento é essencial para futuros intérpretes que o analisem, pois se corre o risco de Farias Brito estar partindo de um anacronismo e de uma interpretação que não é condizente com a proposta encontrada na filosofia platônica. Tal dúvida conceitual foi levantada por autores como Porter (2023) (*How Ideal is the Ancient Self?*), Gacea (2019) (*Plato and the “Internal Dialogue”: An Ancient Answer for a New Model of the Self*) e Cary (2000) (*Augustine’s Invention of the Inner Self*), segundo os quais não existe a noção de mundo interior, ou mesmo de um eu individualizado, entre os filósofos gregos antigos. Há, porém, outros classicistas que afirmam o contrário. Além do mais, o que certamente se sabe é que as Ideias, contra o senso comum que o termo pode sugerir, nos diálogos platônicos não se localizam em nenhum tipo de alma ou “mundo interior”: elas são “externas”. Defendemos a hipótese de que Farias Brito está coerente com o arcabouço metafísico platônico, pois que realmente haveria a descrição de mundo interno e a priorização do desenvolvimento psíquico em Platão. Tal coerência se confirma em nível psicológico e epistemológico. Para Platão, tanto o autocontrole e desenvolvimento pessoal, quanto o alcance do conhecimento verdadeiro, dependem necessariamente de como articulamos o mundo anímico interior em relação ao exterior (seja em relação às Ideias externas, ou em relação às Sensações externas). Assim, cada sujeito deve dar atenção ao arranjo interno de sua racionalidade, emoções e apetites, sem excluir o corpo e o mundo sensível, porém superando-se os seus fenômenos. De fato, mostramos que Pierre Hadot já situava em Platão uma origem e evidência para a sua interpretação de que filosofia grega antiga priorizava o autodesenvolvimento, um modo de vida que se assemelha a um “exercício espiritual”. Assim sendo, há fundamento para leituras como a de Cerqueira (2003) (*Maturidade da Filosofia Brasileira: Farias Brito*) que, contextualizando a obra de Farias Brito, defende que uma proporção da filosofia brasileira se consolidou a partir dessa vertente distinta de conhecimento de si mesmo oriunda da filosofia socrático-platônica.

**Palavras-chave:** Filosofia brasileira; Farias Brito; mundo interior; introspecção; Platão.

**DAS *DISPUTATIONES* ÀS *THESES* - ANÁLISE DE DOCUMENTOS NO CAMPO DA FILOSOFIA NO BRASIL COLÔNIA.** Vitor Luiz Sales Batista.  
Universidade de Brasília - UnB, vituvei@hotmail.com.

**Resumo:** O presente estudo analisa a evolução das metodologias pedagógicas no ensino da Filosofia, investigando o processo histórico de transição da *disputatio* de origem medieval para o formato de teses acadêmicas impresso e utilizado no início da modernidade. Toma-se como objeto central de investigação um conjunto de códices do século XVIII, representativo da produção de teses filosóficas do Colégio Jesuíta do Maranhão sob a presidência e orientação do mestre Bento da Fonseca. Para fundamentar essa trajetória, o trabalho mapeia a constituição das instituições de ensino desde o refúgio da cultura letrada nos mosteiros e escolas monásticas beneditinas, passando pela reforma das artes liberais no renascimento carolíngio com Alcuíno de York e pela fundamental recepção e difusão do pensamento filosófico-científico grego traduzido pelo mundo árabe em centros como Bagdá, Córdoba e Toledo. Explicita-se o surgimento das escolas catedrais e a posterior emergência das universidades medievais, no seio das quais se consolidou a Escolástica enquanto método pedagógico rigoroso pautado na investigação racional e assentado nas práticas estruturantes da *lectio*, da *quaestio* e da *disputatio*. Na sequência, analisa-se a assimilação e adaptação dessa herança escolástica pela Companhia de Jesus no século XVI, no contexto do debate entre aristotélicos e antiaristotélicos e da expansão ultramarina. Destaca-se o papel normativo da *Ratio Studiorum* na organização curricular do Curso de Artes, bem como a influência do aristotelismo renovado do Curso Conimbricense e do padre Pedro da Fonseca. A pesquisa examina detalhadamente a cultura material e o percurso dos documentos filosóficos maranhenses, demonstrando suas transformações físico-estéticas ao longo dos séculos e a dinâmica de sua circulação transatlântica: redigidos no Brasil Colonial, enviados a Portugal para impressão nas tipografias de Coimbra e Lisboa e remetidos de volta para as solenidades de conclusão pública de curso no Maranhão. Por fim, aborda-se a complexa questão da autoria do gênero filosófico-literário das teses — discutindo o papel do mestre enquanto proponente do programa e o do estudante como defensor. Conclui-se que esses opúsculos, mantidos em acervos como o da Biblioteca Pública de Évora, constituem fontes históricas e bibliográficas imprescindíveis para compreender as redes de circulação de saberes, a mentalidade e as práticas de ensino de filosofia no período colonial.

**Palavras-chave:** História da Filosofia; Escolástica; *Disputatio*; Jesuítas; Colégio do Maranhão; Bento da Fonseca.

**PENSAMENTO BRASILEIRO EM JOSÉ CHASIN: A VIA COLONIAL FRENTE AO IMPERATIVO DE IR PARA ALÉM DO CAPITAL.** Leonardo Alves Costa. UNESP, la.costa@unesp.br.

**Resumo:** O objetivo do presente trabalho consiste na articulação entre a obra de José Chasin e István Mészáros. Argumenta-se que este esforço, além de evidenciar a particularidade da formação social brasileira, também a apresenta como um impedimento ontológico à efetivação das vias reformistas, apontando para a necessidade de uma ruptura radical. A tese de Chasin acerca da via colonial caracteriza a particularidade da constituição do capitalismo brasileiro como um processo retardatário que se realiza através da conciliação entre o velho e o novo (Chasin, 2026, p. 57). Uma das determinações de maior importância para a diferenciação entre o caso brasileiro e as vias clássicas é justamente o reformismo pelo alto, que exclui intencionalmente a participação popular no processo. Entretanto, tal diferenciação, embora fundamental, é insuficiente para sustentar a argumentação de uma particularidade brasileira propriamente dita. Afinal, no caso prussiano a modernização pelo alto também ocorreu e, assim como no Brasil, Chasin argumenta que “a grande propriedade rural é presença decisiva” nesta marcha (Chasin, 2026, p. 63). Qual seria, portanto, a especificidade do caso brasileiro de objetivação do capitalismo? Nesse sentido, a principal distinção entre a via prussiana com a via colonial consiste na diferença em sua gênese histórica e posição no sistema mundial. No contexto desta análise, o âmbito das vias não clássicas constitui o universal, já as diferenças de gênese e estrutura, o particular do caso brasileiro da via colonial. Chasin utiliza a categoria de capitalismo hiper-tardio para ilustrar o momento histórico da efetivação deste modelo de produção no Brasil; modelo este que paga um alto tributo ao atraso, o que impossibilita o sucesso de estratégias que tentam democratizar a sociedade sem romper com essa estrutura de conciliação. É justamente com esta base que se insere a formulação de uma crítica às estratégias democrático-populares brasileiras. Mészáros aponta para a insuficiência das estratégias que se limitam ao campo institucional, fundamentando-se na argumentação de que o Capital é uma forma incontrolável de controle sociometabólico que sujeita todos os seres humanos ao seu jugo, independentemente de processos eleitorais. A questão central, no contexto deste debate, é que as estratégias reformistas que focam apenas na manifestação de algumas das contradições do Capital, como a distribuição de renda, desemprego etc., ao invés de ficarem na raiz destes problemas: a contradição capital-trabalho, estão fadadas ao fracasso. Além disso, o autor demonstra que o Estado, o Capital e o trabalho integram um sociometabolismo em que as partes se determinam reciprocamente, sendo inviável a emancipação do trabalho sem trabalhar para a superação do Estado e do Capital simultaneamente. Portanto, a alternativa socialista apresentada por Chasin e Mészáros se impõe como um programa máximo, mas o único possível para a superação das contradições do atual sistema de produção. No contexto brasileiro, onde a via colonial bloqueia historicamente a democracia real, a ofensiva socialista torna-se o único caminho para dissolver a objetividade reificada descrita por José Chasin.

**Palavras-chave:** pensamento brasileiro; formação social brasileira; via-colonial; ofensiva socialista; sociometabolismo do capital.